

# TERRITÓRIO, LINGUA E LITERATURA ORAL NA AMAZÔNIA\*

JOSÉ RIBAMAR BESSA FREIRE\*\*

Resumo: *Na Amazônia, durante muitos séculos, os povos indígenas demarcaram seus respectivos territórios, tendo como um dos critérios, as línguas que eram ali faladas, portadoras de narrativas orais, de conhecimentos e de memória. A chegada do europeu acabou por validar tal critério. Durante todo o período colonial, as línguas europeias avançaram de forma muito lenta, demarcando elas também o seu território. Ao longo desse período, a Língua Geral se expandiu e só começou a declinar na segunda metade do século XIX, justamente quando vários tupinólogos se dedicaram a estudar sua função social, sua importância e a literatura oral que ela veiculava, fascinados pelas narrativas indígenas. Um deles foi o Conde Ermanno Stradelli (1852-1926), que viveu 43 anos na região, elaborou um dicionário Nheengatu-Português e Português-Nheengatu, coletou e publicou narrativas míticas e inúmeros textos em jornais e revistas especializadas da Itália e do Brasil. O Nheengatu, conhecido também como Língua Geral Amazônica (LGA), foi declarado, em 2002, língua cooficial do município de São Gabriel da Cachoeira (AM).*

*Pretendemos discutir aqui as políticas que contribuíram para o destino dessa e de centenas de línguas amazônicas, bem como refletir sobre a literatura oral coletada por Stradelli, destacando o seu valor como portadora de etnoconhecimentos, como lugar de memória e como patrimônio imaterial.*

*Nenhuma língua primitiva do mundo, nem mesmo o sânscrito, ocupou tão grande extensão geográfica como o tupi e seus dialetos; com efeito, desde o Amapá até ao Rio da Prata [...] desde o Cabo de São Roque até ao Javari, [...] estão, nos nomes dos lugares, das plantas, dos rios e das tribos indígenas [...] os imperecedores vestígios dessa língua (COUTO DE MAGALHÃES, 1876a).*

Minha Pátria é minha língua”. Os versos de Fernando Pessoa, adaptados por Caetano Veloso, estabelecem uma relação entre língua e território, que podem constituir uma metáfora interessante para a abertura do presente artigo. O poeta português declara, inclusive, que não se importaria se o território de seu país fosse invadido, desde que o deixassem em paz com sua língua.

A relação língua x território ficou evidenciada em meados do século XVIII, quando Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri (1750) seguido pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), reconhecendo que no continente americano cada um dos dois países tinha direito sobre o território que tivessem efetivamente ocupado (SERRÃO, 1976). Um dos critérios para definir quem chegou primeiro e ocupou a região era a língua. Ali onde se falava português, ficava evidente que era território luso. Ali onde se falava castelhano, era território espanhol. A questão residia em como provar essa ocupação em áreas litigiosas como o Rio Branco, Rio Negro e Alto Solimões, onde nem o idioma português nem o espanhol haviam chegado e a língua hegemônica era a *Língua Geral*. Conhecida posteriormente como *Nheengatu*, essa língua de base Tupi serviu para a comunicação interétnica em toda a Amazônia. A Espanha acabou reconhecendo que ali onde se falava a *Língua Geral* era território português, considerando que os missionários, subordinados à Coroa Portuguesa, foram os responsáveis pela expansão dessa língua de base indígena, no trabalho de catequese.

Pretendemos aqui traçar um panorama da trajetória da *Língua Geral* no Estado do Grão-Pará, no período colonial, com incursões no séc. XIX, já no Brasil Império, para estabelecer o roteiro de sua expansão pelo território amazônico.

No processo colonial ibero-americano, como resultado de determinações políticas, as línguas que historicamente se constituíram posteriormente como nacionais passaram a desempenhar um papel hegemônico somente após estratégias

em série, que sempre incluíram o uso das denominadas *Línguas Gerais*. Do ponto de vista demográfico, as *Línguas Gerais* eram as mais importantes línguas indígenas. A formação de tradutores e intérpretes (denominados de '*línguas*'), os currículos das escolas para filhos de caciques e a criação, já em 1580, das cátedras de línguas indígenas nas universidades no Peru e no México, referendam o prestígio que alcançaram algumas dessas línguas.

Na América colonizada por Portugal, os processos históricos foram diferentes, embora guardem algumas similitudes, como no caso das duas *línguas gerais* que se desenvolveram: no Estado do Brasil, a Língua Geral Paulista (LGP), e no Estado do Grão-Pará, a Língua Geral Amazônica (LGA), cuja extensão ainda não foi devidamente avaliada, da mesma forma que não foi suficientemente estudado o papel da Coroa Portuguesa e da Igreja no seu processo de expansão e declínio (FREIRE, 2004).

Os principais agentes formuladores e executores dessas políticas foram os missionários que, envolvidos no trabalho de catequese e evangelização, se defrontaram com problemas comunicativos nas mais variadas situações de multilingüismo. Para resolvê-los, as ordens religiosas tiveram que tomar decisões, selecionando as línguas, definindo suas funções e delimitando os domínios e âmbitos em que elas deviam funcionar. Com finalidades didáticas, criaram instrumentos como gramáticas, dicionários, vocabulários, produzindo um metadiscorso sobre as línguas faladas nas suas áreas de atuação (ALFARO, 200, p. 31).

No caso do Grão-Pará, para resolver problemas de comunicação, foram tomadas medidas políticas, obedecendo a diferentes estratégias, ao longo do tempo, cuja periodização foi desenhada detalhadamente em trabalho anterior (FREIRE, 1983). Essas medidas em muito contribuíram para que a Língua Geral Amazônica mantivesse a hegemonia durante todo o período colonial expandindo-se pelo vale amazônico, ganhando novos falantes e novas funções, até ser substituída

pela língua portuguesa, o que só vai ocorrer em meados do século XIX. (Freire, 2004). Pretendemos avaliar os resultados dessa política no que diz respeito ao alcance e extensão da LGA, a partir dos trabalhos realizados sobre língua e literatura oral pelo Conde Ermanno Stradelli (1852-1926), que viveu 43 anos na região amazônica, elaborou um dicionário Nheengatu-Português e Português-Nheengatu e coletou narrativas míticas publicadas na Itália e no Brasil. Ele fez parte de um grupo de tupinólogos, que na segunda metade do século XIX, produziram um discurso metalingüístico, tendo como objeto de estudo a Língua Geral e a literatura oral por ela veiculada (FREIRE, 2003).

## TUPI OR NOT TUPI: O NOME DA LÍNGUA

Na América colonial, tanto na portuguesa como na hispânica, a nomenclatura *língua geral* ou *lengua general* começou sendo usada como um termo genérico, para designar línguas que extrapolavam sua base geográfica original, permitindo a comunicação entre diversos grupos, que habitavam diferentes territórios, embora não fosse a sua língua materna. No Brasil, cronistas e missionários, em muitas passagens de seus relatos, se referem, por exemplo, ao tupinambá, como a “*língua geral*” ou a “*mais geral*”, ou ainda “*a mais usada*” ao longo de todo o litoral. Esse termo genérico não pode ser confundido, porém, com a expressão lexicalizada *Língua Geral*, que acabou se impondo para dois referentes distintos e bem precisos: de um lado, a língua que se irradiou com as bandeiras paulistas, e de outro, a língua que se consolidou na Amazônia. Para distingui-las, Aryon Rodrigues, num artigo esclarecedor e conclusivo, propôs chamar a primeira de Língua Geral Paulista – LGP, e a segunda de Língua Geral Amazônica – LGA (RODRIGUES, 1996, p. 102).

Essas línguas, porém, também eram referidas com outros nomes, atribuídos seja pelos europeus, seja pelos pró-

prios índios, mudando de denominação de acordo com o momento histórico e o espaço geográfico ocupado por ela, o que originou imprecisões, equívocos, designações arbitrárias e até fortuitas. Muitas línguas indígenas, registradas sem um cuidado etnográfico, receberam e acabaram perenizando documentalmente nomes, às vezes insultantes, com os quais eram chamadas pelos inimigos. Há muitos casos em que uma mesma língua recebeu várias denominações ou que, por problemas ortográficos, recebeu grafias diferentes, que acabaram produzindo nomes diferentes. O problema se agrava, quando as formas de designar se referem a línguas já desaparecidas e se confundem com formas ou versões contemporâneas ainda vivas.

No caso da Língua Geral Amazônica, a documentação histórica, desde o século XVII, vem empregando diferentes nomenclaturas para designá-la: *tupi*, *tupi vivo*, *tupi moderno*, *tupi do norte*, *língua túpica*, *tupinambá*, *língua geral*, *língua geral brasílica*, *língua geral brasileira*, *língua geral dos Brasis*, *brasiliano*, *língua indígena geral*, *nheengatu* (língua boa), *abanheenga* (língua de gente, língua de índio), *língua tapuia*, e até mesmo, *guarani*, ou ainda, *tupi-guarani*. Quando uma dessas denominações designa - como é o caso - outras realidades linguísticas diferentes, é necessário estabelecer com precisão os referentes reais, que permitam identificá-las, o que requer demarcar, sempre, o contexto em que aparecem. Esse procedimento torna-se indispensável, principalmente quando se pretende dimensionar a extensão da LGA pelos territórios em que era falada, com o objetivo de avaliar em que medida a política de línguas contribuiu para ampliar seu raio de ação. Os relatos de vários autores, sobretudo do século XIX, registram o uso de diversos termos, que confundem algumas vezes os referentes. Excetuando as citações textuais, empregaremos aqui, preferencialmente, a denominação '*Língua Geral Amazônica*', sancionada pela academia, ou ainda '*Nheengatu*', termo consagrado por Couto de Magalhães e por Stradelli na segunda metade do século

XIX, com o qual ficou regionalmente conhecida no século XX, tanto pelos seus falantes, como pelo entorno.

A *Língua Geral* ou *Nheengatu* teve papel histórico marcante, como meio de comunicação interétnica, porque foi ela, e não o português, a principal língua da Amazônia, presente nas aldeias, povoações, vilas e cidades de toda a região. Durante dois séculos e meio, índios, mestiços, negros e portugueses trocaram experiências e bens, e desenvolveram a maioria das suas práticas sociais, trabalhando, narrando, cantando, rezando, amando, sonhando, sofrendo, reclamando, rindo e se divertindo nessa língua de base indígena, que se firmou como língua supraétnica, difundida amplamente pelos missionários, através da catequese. Contou para isso, inicialmente, com o apoio do próprio Estado monárquico, que depois, em meados do século XVIII, modificando sua política, proibiu a *Língua Geral* e tornou obrigatório o uso público da língua portuguesa (FREIRE, 2004).

No entanto, apesar dessa decisão política, a *Língua Geral* continuou crescendo, e entrou no século XIX como língua majoritária da população regional. Com a adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil, cessou sua expansão, e ela começou a se retrair progressivamente, abandonando o espaço urbano e as próprias margens do rio Amazonas, cedendo sua hegemonia, só em meados do século XIX, para a língua portuguesa. Daí em diante, entrou em declínio. Passou então, gradativamente, a ter menos falantes e viu suas funções reduzidas. Demograficamente fragilizada, tornou-se, no século XX, uma '*língua anêmica*', carente do 'sangue' de usuários (RODRIGUES, 2000, p. 22). Deixou de ser uma língua de expressão regional para cobrir uma área bem menor, limitada ao alto Rio Negro, onde continuou sendo falada, sempre, por índios de diferentes línguas e por representantes da sociedade regional que com eles interagem. A população regional chegou a considerá-la como '*língua de índio*', devido à sua origem e procedência, enquanto os índios a viam como '*língua de branco*', já que foram os missionários europeus que a introduziram

no rio Negro, onde anteriormente não havia nenhuma língua tupi (NIMUENDAJU, 1950, p. 131).

A disseminação da Língua Geral por toda a Amazônia foi testemunhada por naturalistas, missionários, militares, funcionários e viajantes - nacionais e estrangeiros – que viveram na região ou percorreram parte dela, nos séculos XVIII e XIX, em viagens de estudo e de trabalho, assim como por alguns estudiosos que tentaram descrevê-la. Em diferentes momentos históricos, muitos deles se surpreenderam de encontrá-la como uma língua viva, falada em um território tão vasto, constatando que, sem o conhecimento dela, ninguém podia entender-se com a população ribeirinha. No entanto, alguns deles superdimensionaram a sua área de abrangência.

O parentesco da LGA com o Guarani e outras línguas do tronco Tupi e a possibilidade dos seus falantes poderem estabelecer, em muitos casos, níveis satisfatórios de comunicação entre si, acabou fortalecendo a ideia de uma identidade linguística, que levou a imaginar a existência de uma língua tupi única, espalhada por toda a extensão dos territórios onde eram faladas, aceitando-se, em alguns casos, a existência de pequenas variedades dialetais. Contribuíram também para essa ideia de unidade linguística, presente na obra de naturalistas e viajantes, os próprios estudiosos da Língua Geral e do Guarani, que organizaram gramáticas, vocabulários e dicionários, no século XIX, entre outros, Stradelli (1852-1926).

## OS TUPINÓLOGOS E A POLÍTICA DE LÍNGUAS

*“O Tupi se diferencia do Guarani, tanto como o falar dos brasileiros difere do dos filhos de Portugal, e talvez mesmo como o de um paraense difere do de um mineiro ou paulista”. Baptista Caetano (NOGUEIRA, 1876, p. 26).*

A representação de que se tratava de uma língua única estava tão internalizada e difundida que o botânico carioca, João Barbosa Rodrigues, apesar de ter obtido evidências con-

trárias, não conseguiu romper com ela. Ele viveu no Amazonas em dois momentos diferentes (1872-1874 e 1883-1890), totalizando um pouco mais de dez anos, período em que estudou a Língua Geral e coletou, nessa língua, um sem-número de narrativas indígenas, produzindo esboços de gramática e vocabulários. Diretor do Museu Botânico, em Manaus, descobriu, inventariando a nomenclatura da botânica indígena, que muitos nomes de plantas na Amazônia eram os mesmos que no Paraguai. Decidiu, então, comparar os “dois galhos de um tronco que se bifurcou: o Tupi do Norte e o Karany do Sul”. Conhecedor já do nheengatu, “com as diversas pronúncias do Pará e do Amazonas”, foi, então, conferir de perto, as variantes guarani, ouvindo os camponeses no Paraguai e os dialetos de Assunção, Corrientes e Misiones, três décadas depois de terminada a guerra. Teve sérias dificuldades em se comunicar, devido às diferenças entre as línguas, sobretudo fonéticas.

Do seu campo de estudo, o botânico carioca empresta a imagem de *‘dois galhos de um tronco que se bifurcou’*, para representar o parentesco, através de uma língua mãe ou tronco linguístico, que deriva em subdivisões. Essa imagem contrasta com a representação dessas línguas, como *‘elos de uma cadeia’*, emprestada do evolucionismo pelo conde italiano Ermano Stradelli, para defender a representação de unidade linguística, que ia *“das Guianas ao Prata”*. Stradelli, antecipando uma observação de natureza tipológica, considera nheengatu e guarani, *“como elos extremos de uma mesma língua, [que] têm de comum não só uma infinidade de palavras e raízes, mas a construção e feição de frases”*. Os dialetos tupis, originalmente falados com nuances, compunham o conjunto de elos, que davam forma à Língua Geral. “O nome que então lhe deram de Língua Geral revela o grande pasmo dos descobridores por encontrar em toda parte, apesar das alterações locais, a mesma língua” (STRADELLI, 1929, p. 63).

Já Couto de Magalhães apresentou opiniões contraditórias. Quando elaborou um parecer técnico para o IHGB, discordou de Batista Caetano, afirmando sobre as diferenças,



que “nem todas resultam de diversidade de ortografia”, e apresentou uma lista com exemplos conclusivos, que “demonstram profundas alterações na fonética dessas línguas”. No entanto, quando discutiu a extensão do Nheengatu em sua obra ‘O Selvagem’, minimizou tais diferenças, admitindo a existência de “uma porção de línguas, muito semelhantes todas entre si” (o grifo é nosso). Para ele, nesse caso, o que estava em jogo não eram diferenças formais e funcionais existentes entre o que ele reconhecia como ‘línguas’, mas a situação de intercomunicação (MAGALHÃES, 1876b, p. 382).

Restrições, embora tímidas, sobre a ideia de uma língua única, atravessando a geografia e o tempo, foram formuladas no século XIX por outro estudioso: Charles Frederik Hartt, professor de geologia na Universidade de Cornell, Ithaca, que estudou o Nheengatu em viagens científicas realizada na Amazônia, a primeira delas em 1865, acompanhando a expedição chefiada por Luiz Agassiz. Retornou duas vezes, e na última chefiou a *Morgan Expedition*, que explorou a região do baixo Amazonas. Além dessas estadias esporádicas, viveu, aproximadamente, oito anos no Brasil (1870-1878), fixando residência no Rio de Janeiro, aonde veio a falecer. Colecionou muitas narrativas indígenas, e publicou um trabalho clássico intitulado *Notas sobre a Língua Geral ou Tupi Moderno do Amazonas*, ao qual anexou um dicionário de frases. Hartt, da mesma forma que os demais tupinólogos da época, admitia que as diversas línguas das famílias tupi e guarani “à primeira vista, parecem diferir enormemente entre si; mas tanto quanto nos é dado saber, têm todas elas idêntica estrutura geral, e suas raízes em grande número são mais ou menos as mesmas”. No entanto, ao confrontar o *tupi antigo*, já extinto, falado no litoral brasileiro, e a Língua Geral Amazônica, ele constatou que “as orações, hinos, etc. dos jesuítas não são entendidas pelos índios amazônicos hoje”, esclarecendo que “na pronúncia e na estrutura, as duas línguas diferem ainda mais que o Português do Espanhol” (HARTT, 1938, p. 307-308).

Quanto às medidas políticas relacionadas às línguas na Amazônia, um bom ponto de partida para discuti-las, numa

perspectiva histórica, pode ser aquele proposto por Anderson (1983), construído a partir do processo ao qual estiveram submetidas línguas da Europa e do Sudeste asiático. Ele considera que a natureza do Estado é determinante nesta questão e estabelece uma diferença básica entre, de um lado, as políticas de línguas dos reinos dinásticos e, de outro, aquelas formuladas pelos Estados nacionais modernos, incluindo aqui as dinastias que adquiriram “*um cunho nacional*”.

No primeiro caso, podemos situar as medidas da Coroa Portuguesa até meados do século XVIII, escolhendo o português como língua administrativa e adotando a *Língua Geral* como língua de catequese e de comunicação interétnica. Essas medidas seriam produtos de um ‘*desenvolvimento gradual, não deliberado, pragmático, para não dizer casual*’. Obedeceriam, sobretudo, a conveniências internas e não a interesses políticos de ‘*impor sistematicamente a língua às diversas populações submetidas ao dinasta*’. Tratava-se, portanto, de ‘*um processo não intencional, em grande medida não planejado*’, pelo menos no início, e que não obedecia a nenhum ponto de vista nacionalista, já que a legitimidade da dinastia nada tinha a ver com a condição nacional. Anderson observa com muita propriedade que as dinastias de Portugal e Espanha formularam suas políticas, não com o objetivo de “hispanizar” ou “portugalizar”, mas antes, simplesmente de converter pagãos e selvagens. A motivação seria, portanto, mais religiosa do que geopolítica, ou traduzida em outros termos, o político se manifestava através do religioso. Essa hipótese parece válida para a Amazônia, pelo menos até antes do projeto pombalino, em meados do século XVIII, na medida em que a formulação e a execução das políticas de línguas recaem muito mais sobre os missionários do que sobre os funcionários da administração colonial. Neste caso, é necessário deslocar todo o peso da análise da Coroa Portuguesa para a Igreja. A catequese pode, então, ser abordada como um importante instrumento de reprodução das línguas, equivalente ao papel desempenhado pelas escolas nas sociedades modernas. (ANDERSON, 1983, p. 51-55,88,97-98).

No segundo caso, estão as decisões tomadas pela Coroa Portuguesa, na segunda metade do século XVIII, depois da ascensão de D. José I e de Pombal como seu primeiro ministro, que proibiram a *Língua Geral* e oficializaram o português. Essas medidas foram ‘*intencionais, planejadas, produtos de um maquiavelismo consciente*’, como aquelas decisões de modernos Estados nacionais, diante da ascensão de nacionalismos linguísticos hostis, ou como as decisões do estado brasileiro nos séculos XIX e XX, em relação às línguas indígenas.

Depois de um século e meio de colonização (de 1616 a 1757), a língua que havia servido como língua franca e de unidade regional para maior rentabilidade da conquista da Amazônia, passou a ser vista como “*diabólica*”, responsável pela falta de coesão interna e incapaz de traduzir os interesses coloniais. É que os tempos eram, agora, outros. Portugal tinha um novo projeto para a região. As disputas da Coroa Portuguesa com outros países europeus pelas fronteiras móveis da Amazônia entravam numa nova fase, diferente do período anterior. Os tratados de Utrecht (1715), Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) reconheciam que cada país tinha direito sobre o território que tivesse efetivamente ocupado (Serrão, 1976). A questão residia em como provar essa ocupação em áreas litigiosas como o Rio Branco e o Alto Solimões, ambas habitadas quase exclusivamente por índios, mas reivindicadas por diferentes países.

A Espanha publicara, em 1749, um ‘*Mapa de los confines del Brasil con las tierras de la Corona de España en la América Meridional*’, com uma legenda explicando: ‘*lo que está de color blanco es lo que se halla ocupado por los portugueses; lo que está color de rosa es lo que tienen ocupado los españoles*’. Posteriormente, durante as viagens de demarcação, o governador espanhol, tentando colorir de rosa o rio Branco, declarou que, naquela área, por exemplo, não fora encontrado “*portugués alguno, ni vestígios del menor establecimiento de esa nación*”, o que era verdade. Portugal reconheceu o fato, mas alegou que “*embora os portugueses não tivessem até agora formado povoações no rio Branco, nem por isso deixam de o ter ocupado, possuído e*

*dominado*". Um dos critérios básicos para afirmar tal ocupação não materializada era o argumento linguístico (SAMPAIO, 1985, 212-213). A toponímia, em Língua Geral, chegou a ser invocada em infindáveis discussões etimológicas, tanto por portugueses como por espanhóis, para reivindicarem o direito que cada país acreditava ter sobre o território do Alto Solimões (NORONHA, 1997, 45-6). No entanto, não houve qualquer contestação sobre as áreas cujos habitantes, índios e/ou mestiços, falavam uma língua europeia. "Quando no Tratado de Madri se procura delimitar as fronteiras da América Portuguesa, o critério decisivo vai ser este: a América Portuguesa vai até onde se falar o português" (HOORNAERT, 1992, p. 170).

Portanto, para consolidar as fronteiras, era necessário, no plano de línguas, portugalizar a Amazônia, como já vinha ocorrendo em outras áreas do Brasil, porque era através da língua portuguesa que a Coroa podia garantir o fundamento jurídico de sua conquista de território, que pelo anterior Tratado de Tordesilhas deveria ser da Espanha. Nunca o poema de Fernando Pessoa poderia ser interpretado tão literalmente como nesse caso: *minha pátria é minha língua*.

A política de línguas sofreu, então, uma reviravolta, marcada por interesses geopolíticos, com um discurso oficial de hegemonia que demonstrava a percepção das relações entre língua, nação e estado, semelhante ao discurso formulado pelos modernos estados nacionais ou *pelas 'dinastias que adquiriam um cunho nacional'* (ANDERSON, 1983, p. 51) Na carta do governador do Grão Pará, Xavier de Mendonça, ele dava conta das medidas que tomara, providenciando "(...) em todas Povoações deste Estado a introdução da Língua Portuguesa, para que todos parecessem vassallos do mesmo Príncipe" (ABAPP, 1901, p. 1759). Esta decisão veio acompanhada de três medidas drásticas, capazes de torná-la efetiva em médio prazo: a revogação do Regimento das Missões, a expulsão dos jesuítas e a abolição legal da escravidão indígena.

A proposta de Anderson, no entanto, não considera, na formulação das políticas de línguas, as motivações de or-

dem econômica, o que sem dúvida alguma deve ser feito para o caso da Amazônia, onde a força de trabalho indígena era absolutamente indispensável para a manutenção do sistema colonial. Nesse sentido, uma análise da política de mão-de-obra pode trazer respostas muito mais relevantes sobre o destino das línguas que um estudo limitado às particularidades da política de línguas. Essa parece ter sido também conclusão do naturalista alemão Von Martius, que viajou pela Amazônia no século XIX, quando mostrou, de forma clara e contundente, como a Língua Geral serviu de instrumento para organizar a força de trabalho indígena na Amazônia. Ele generalizou a partir da própria experiência pessoal no trato com índios tripulantes de suas embarcações: “quase todos os remeiros eram de tribos diferentes, cada um ignorando a linguagem dos outros”, o que – segundo ele - estimulava a desordem, a desobediência e a preguiça. No entanto, “quando todos falavam a língua geral”, isto facilitava “a organização de ofícios”, permitindo que “reinassem a ordem, o sossego e até a alegria” (MARTIUS, 1863, p. ix, x).

Como consequência da política de línguas, a LGA, é verdade, expandiu-se por um amplo território, mas não saiu da bacia amazônica, tendo sua base geográfica no estado do Grão-Pará, com incursões em áreas fronteiriças adjacentes da Venezuela, Colômbia e Peru e hoje permanece limitada à região do rio Negro, onde foi declarada, em 2002, língua oficial pela Câmara de vereadores de São Gabriel da Cachoeira, um município de 112.000 km<sup>2</sup>, maior que Portugal. É lá, no Rio Negro e seus afluentes, que Stradelli vai ter contato, no final do século XIX, com a Língua Geral e com a literatura oral que nela circulava.

## A LITERATURA TAPUIA E STRADELLI

Na Amazônia, nos últimos 400 anos, um conjunto de narrativas orais vem circulando de boca em boca, em Nheengatu – a Língua Geral Amazônica – e às vezes em versões

bilingües com o português, com maior ou menor vigor, dependendo do momento histórico ou da área geográfica. Parte dessa literatura oral foi coletada por alguns estudiosos e recebeu uma forma escrita. Essas narrativas orais transformadas pela escrita é que estão sendo aqui denominadas de literatura tapuia (FREIRE, 2004).

No século XIX, justamente no momento em que o romantismo nativista começava a dar sinais visíveis de esgotamento, podemos destacar pelo menos seis estudiosos que se preocuparam em coletar e transcrever manifestações de literatura oral na Amazônia:

*José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), nascido em Diamantina (MG), numa fazenda de gado de seu avô, foi embalado em sua infância – como ele lembra muito bem - por “lendas tocantes e poéticas, metade cristãs, metade indígenas”. cursou direito em São Paulo e, uma vez formado, foi nomeado presidente de várias províncias: Goiás (1862-63), Pará (1864-65), Mato Grosso (1866-1868), e finalmente, São Paulo (1888). Depois de procurar “as cores do país” em arquivos e bibliotecas, foi buscá-las nos grotões do Brasil profundo, realizando pelo menos dez grandes viagens, quando aprendeu a Língua Geral. Sua obra mais conhecida - O Selvagem - com algumas edições em português (1876, 1913, 1975) - foi traduzida e editada em várias línguas: francês, inglês, alemão e italiano. Reúne três ensaios: um estudo etnográfico sobre as etnias do Brasil central, que já havia sido publicado separadamente dois anos antes; um curso de tupi-língua geral e um conjunto denominado pelo autor de lendas tupis coletadas durante suas viagens (MAGALHÃES, 1876b, p. 64, 90-1).*

Charles Frederick Hartt (1840-1878), geólogo e geógrafo canadense, aluno do naturalista Louis Agassiz, com quem veio ao Brasil pela primeira vez (1865) na missão que veio estudar a fauna ictiológica da bacia amazônica. Voltou várias vezes ao país, quando foi nomeado chefe da Comis-

são Geológica do Império (1875). Dirigiu o Museu Nacional (1876). Aprendeu o Nheengatu e, em suas viagens, coletou os mitos amazônicos sobre a tartaruga. Morreu no Rio de Janeiro (HARTT, 1938).

João Barbosa Rodrigues (1842-1909), filho de um comerciante português de Minas Gerais. Estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, de onde foi também professor. Viajou para Manaus em 1872, onde residiu e dirigiu o Museu Botânico. Explorou alguns rios, incluindo a área dos índios conhecidos na época como Jauaperi, hoje Waimiri-Atroari. Aprendeu o Nheengatu e coletou narrativas orais, contos e cantigas nessa língua, publicadas no *Poranduba Amazonense*. Com a proclamação da República, foi demitido do Museu em Manaus e assumiu a direção do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1890).

Brandão de Amorim (1865-1926) nasceu em Manaus, filho de um rico comerciante português radicado no Amazonas, criador da companhia que fez a navegação direta de Liverpool a Manaus. Estudou o curso secundário no Porto e o universitário em Coimbra. Foi secretário de Barbosa Rodrigues, no Museu Botânico de Manaus. Morreu em Belém do Pará com 61 anos (AMORIM, 1987). Dono de seringal, ele revisou os relatos orais coletados no alto Rio Negro por Maximiano José Roberto (AMORIM, 1987).

Conde Ermano Stradelli (1852-1926). Nasceu na Itália, de família nobre. Veio para o Brasil em meados de 1879. No ano seguinte, viajou pelo rio Purus e depois pelo Rio Negro e muitos outros rios da região. Trabalhou como auxiliar de Barbosa Rodrigues. Existe uma biografia dele, feita por Câmara Cascudo. Depois de sua morte, o IHGB publicou o dicionário de sua autoria Nheengatu-Português e Português-Nheengatu, com uma versão do mito do Jurupari (STRADELLI, 1929).

Maximiano José Roberto, cujos dados biográficos são pouco conhecidos, era índio descendente, pelo lado paterno, dos Manaú e, pelo materno, dos Tariana do rio Uaupés (ORJUELA, 1983, p.18). Em 1926 a família de Brandão Amorim

publicou na revista do IHGB, sob o nome único de Brandão Amorim, 35 narrativas em edição bilíngüe, as quais, segundo Stradelli, haviam sido “recolhidas amoravelmente pelo meu antigo companheiro de jornada na minha última viagem ao Uaupés, Max J. Roberto” (STRADELLI, 1929, p. 65).

A importância desses autores na história da literatura brasileira ainda não foi devidamente avaliada, apesar de existirem algumas evidências sobre o papel desempenhado por eles como inspiradores do movimento modernista, não só para a linguagem, como também para a trama de suas obras pioneiras. Mário de Andrade, com *Macunaíma*, e Raul Bopp, com *Cobra Norato*, talvez tenham sido os escritores que mais dívidas contraíram com eles. Bopp dá um depoimento interessante sobre a descoberta que fez dos mitos amazônicos coletados por Brandão Amorim:

*Foi uma revelação. Eu não havia lido nada mais delicioso. Era um idioma novo. A linguagem tinha, às vezes, uma grandiosidade bíblica. No seu mundo, as árvores falavam. O sol andava de um lado para outro. Os filhos do trovão levavam, de vez em quando, o verão para o outro lado do rio* (AMORIM, 1987, p. 9).

A literatura oral registrada por esses estudiosos revela, de um lado, a permanência vigorosa de narrativas indígenas em Língua Geral, que continuavam circulando oralmente no século XIX em algumas áreas como as bacias dos rios Negro e Solimões, e de outro, em cidades como Belém e Manaus - uma situação de bilingüismo Língua Geral-português, bastante generalizada, porém ignorada pelos historiadores da região.

Dos seis coletores de narrativas indígenas, merece destaque aqui Stradelli. Ele era conde. Nasceu num castelo, em Piacenza, na Itália. Viajou para o Brasil, onde “*chegou moço, robusto, alegre, rico*”. Ficou mais de quarenta e três anos e adquiriu a nacionalidade brasileira. Com recursos próprios, percorreu florestas, rios e igarapés da Amazônia, conviveu com índios e aprendeu a falar o nheengatu, ouvindo as his-



tórias que narravam. Coletou e registrou mitos, apaixonando-se pelas manifestações literárias indígenas. No final, contraiu lepra. Com o corpo deformado pelas chagas, foi enxotado de hotéis, de pensões e até mesmo de hospitais. Morreu solitário e pobre, na periferia de Manaus, num casebre improvisado em leprosário, três anos antes da publicação dos *Vocabulários Nhengatú-Portuguez e Portuguez-Nhengatú*, de sua autoria. Foi enterrado no cemitério de Paricatuba, distante 30 quilômetros do centro da cidade (CASCUDO, 1936).

A partir dos depoimentos coletados e de documentos encontrados, Câmara Cascudo conseguiu rastrear dados sobre a infância de Ermanno Stradelli no castelo de Borgotaro - residência senhorial da família - bem como sobre os estudos, o curso jurídico na Universidade de Pisa, os primeiros versos, a atração pelos índios, a viagem ao Brasil, o breve retorno à Itália, a fixação definitiva de residência em Manaus e a nomeação para o cargo de promotor público, exercido em várias comarcas do Amazonas. O perfil do personagem começava a ganhar contornos bem nítidos. Cascudo levantou pacientemente as rotas e a cronologia das viagens pelo rio Orinoco, em busca de suas nascentes e pelo Amazonas e seus afluentes: o Negro, o Uaupés (três vezes percorrido), o Tiquiê, o Branco, o Padauri, o Jauaperi, o Madeira, o Juruá, o Ituxi, o Purus, o Mamoriá e tantos outros (FREIRE, 2003).

Cabe ressaltar aqui os procedimentos usados pelo conde Stradelli para conhecer a Amazônia. Quando, em 1880, ele quis saber como se organizava a produção da borracha, foi conviver com os seringueiros do rio Purus onde naufragou, e do Juruá, onde contraiu febre palúdica. No ano seguinte, começou a aprender o nheengatu. Explorou o rio Uaupés, viveu com os índios *Tukano* e *Tariana* e observou e registrou suas tradições. Realizou em 1882 viagens com a Comissão Brasileira de Limites com a Venezuela. Auxiliou Barbosa Rodrigues na organização do Museu Botânico de Manaus em 1883 e acompanhou-o no primeiro contato pacífico realizado em 1884 com os *Waimiri-Atroari*, na época conhecidos como *Cri-*

*chanás* ou *Jauaperis*. Com eles, “comeu o moquem de aguty, mastigou o beijú, molhou os lábios no mólho estonteante das pimentas” (CASCUDO, 1936, p. 24).

Décadas antes de Malinowski sistematizar suas reflexões sobre a observação participante, Stradelli intuiu que o pesquisador decidido a conhecer uma sociedade que lhe é estranha, devia partir do interior dela, impregnando-se da mentalidade de seus integrantes e esforçando-se para pensar na língua deles. Cascudo observa que “para assistir e tomar parte num cachiry, na maloca do Murity-cachoeira, Stradelli deixou-se pintar com o vermelho do carairú (...) e dansou convictamente no meio da indiada, bebendo repetidas cuias de capy entontecedor”. Essa adaptação, completa e absorvente, à vida dos índios, armou-o de conhecimentos detalhados (CASCUDO, 1936, p. 55).

Stradelli tinha uma forma própria de se relacionar com os índios e de coletar material de pesquisa. Entrava nas aldeias com sua farmácia portátil, equipamentos topográficos, caixas para recolher material ornitológico e entomológico, máquinas fotográficas, microscópios e outros aparelhos que, inicialmente, assustavam os índios. Ele, então, levava cada um deles para ver os instrumentos, tocar neles e verificar como funcionavam. Foi desta forma que o tuxaua Mandu descobriu que “a máquina fotográfica servia para matar formigas”, porque os ácidos fixadores que caíram acidentalmente nos formigueiros agiam como um poderoso formicida. O resultado desse contato intenso e sistemático com os índios foi a publicação de um sem-número de textos dispersos por jornais e revistas especializadas da Itália e do Brasil. Cascudo procurou inventariar essa produção, considerando-a como “a mais rara bibliografia que me foi dado sonhar a existência”. Mais uma vez, o autor deixa outra pista aberta aos pesquisadores. No levantamento minucioso, identificou um total de 28 títulos, ficando de fora os artigos publicados nos jornais de Manaus, que esperam até hoje uma exumação.

De todas essas publicações, três delas merecem um destaque especial do biógrafo: a *Leggenda dell’Jurupary*, as *Le-*

*ggende del Taria*, recolhidas por Stradelli no rio Uaupés e os *Vocabulários* em nheengatu. Cada uma delas é tratada em capítulo próprio na biografia e todas serão retomadas depois em outros trabalhos de Cascudo como *Literatura Oral* (1952) e sua segunda edição *Literatura Oral no Brasil* (1978) e *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954).

Geograficamente, o mito de Jurupari é – segundo Cascudo – o mais disseminado de todos os mitos, presente em qualquer grupo étnico e com vestígios vivos em cada um deles. Nos séculos XVI e XVII, Jurupari foi representado pelos cronistas como um diabo ameríndio, comandante supremo de todos os demônios. Esta imagem continuou dominante nos séculos seguintes. Stradelli decidiu conferir e estudou o mito, ouvindo os índios e participando dos rituais e cultos realizados em afluentes do rio Negro. Descobriu que a imagem satanizada era uma construção da catequese católica do século XVI e que Jurupari é, na verdade, um deus legislador e reformador, puro, sóbrio, discursador, exigente no ritual sagrado, criador dos usos, leis e preceitos conservados e transmitidos pela tradição, enfim, o tipo do herói lendário e do legislador divinizado, que está presente em todas as religiões e mitos de origem. Desta forma, na época em que Jurupari é quase unanimemente considerado como um demônio, Stradelli – o primeiro que publicou sua ‘saga’ – contribuiu para retirar sua feição satânica, colocando-o em lugar de respeito.

Câmara Cascudo acredita que isso só foi possível porque quem recolheu o mito traduzido e organizado por Stradelli foi um índio - Maximiliano José Roberto - que falava o nheengatu e várias línguas indígenas e passou longo tempo viajando entre as malocas, “registrando, com fidelidade absoluta, as odysseas que nenhum Homero rythmará”. Seu papel não foi de simples informante nativo, mas de compilador e redator, autor de fato do texto em nheengatu, conforme reconhece o próprio Stradelli. Sem Maximiliano, não existiria a versão italiana. Por essa razão, Cascudo dedica a biografia de Stradelli a Maximiliano José Roberto, “príncipe amazônico, recolhedor apaixonado

do de centenas de lendas, maravilhosas e seguras como documentação etnológica” (CASCUDO, 1936, p. 7, 63).

Quando Stradelli, que possuía um coração Tariana, esteve com esses índios no rio Uaupés e recolheu os seus mitos, ao lado dele estava Max J. Roberto, seu companheiro de viagens, ajudando-o a compreender Buopé – o herói dos *Taria ou Tariana*, chefe imbatível, generoso com os vencidos - de quem ele, Max, era descendente direto. Segundo Cascudo, as lendas dos Tárias são denunciadoras de uma tradição guerreira, militar, social e política, acima de outra qualquer, com um enorme valor etnohistórico e com muitas pistas sobre a ocupação, no passado, do rio Uaupés e seus afluentes (CASCUDO, 1936, p. 70).

O último capítulo da biografia, intitulado *Encyclopédia Amerába*, descreve a batalha desesperada de Stradelli, já inchado pela lepra, para publicar os *Vocabulários* da Língua Geral, que ele havia concluído em janeiro de 1920, quando encaminhou os originais ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) para a avaliação de seu conteúdo por membros do Instituto. Os *Vocabulários*, impressos só em 1929 pela Revista do IHGB, contam com 769 páginas, tendo na abertura um esboço de gramática nheengatu e no final uma coleção de textos também em *nheengatu*, reproduzidos de narrativas coletadas e publicadas por outros autores, além de dois mitos inéditos – um *baré* e outro *cubéua*.

Na opinião de Cascudo, não se tratava exclusivamente de um dicionário, surpreendente pela vastidão do léxico apresentado, mas de uma enciclopédia amazônica, onde Stradelli registrou aspectos técnicos como a nidificação, a disposição dos fios na tecelagem das redes de dormir, minúcias de olaria e cerâmica, armadilhas para peixes, hábitos de animais, perfumes, conselhos, anedotas. Nesse sentido, ele deu forma escrita a um conjunto de etnosaberes que circulavam nas narrativas orais indígenas, recuperando um importante patrimônio cultural intangível dos povos do Rio Negro e, com ele, parte da memória regional.

Na opinião de Câmara Cascudo, Stradelli não é só um geógrafo, um naturalista, um botânico, um classificador paciente e minucioso. Ele é um artista enamorado da Amazônia, que registrou com extrema fidelidade a literatura oral produzida pelos índios, mas ao fazê-lo, cultivou sempre um sentimento de beleza. No seu trabalho, *há imaginação, sinônimo de poesia e de força creadora(...) Elle é o cronista da matta*. Desta forma, Stradelli, no dizer de seu biógrafo, contribuiu para humanizar uma região que vivia mergulhada em lendas de pavor e de mistério. Desencantando a Amazônia, o conde italiano a tornou mais sensivelmente nossa, “*mais próxima do esforço, da tenacidade e do trabalho irremediável dos homens*” (CASCUDO, 1936, p. 48, 85).

De qualquer forma, os tupinólogos, e entre eles Stradelli, ao recolherem as narrativas indígenas em Nheengatu contribuíram para demarcar o território e a identidade de seus falantes.

## Referências

ABAPP – Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Belém. 1901. Carta do governador Xavier de Mendonça a Tomé Corte Relal, 27 fev. 1759.

ALFARO, Consuelo. As Políticas Lingüísticas e as Línguas Ameríndias. Liames – Línguas Indígenas Américas. *Revista do Instituto de Estudos da Linguagem*, Campinas, v. 1, p. 31-42, 2001.

AMORIM, Antônio Brandão de. *Lendas em Nheengatu e em Português*. Manaus: Fundo Editorial ACA, 1987.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1983.

CASCUDO, Luis da Câmara. Em memória de Stradelli. *Biographia, Jornadas Geographicas, Tradições, Depoimentos, Bibliographia*. Manáos: Clássica, 1936.

EDELWEISS, Frederico G. Estudos tupis e tupi-guaranis. Rio de Janeiro: Brasiliiana, 1967.

FREIRE, José R. Bessa. Da 'fala boa' ao português na Amazônia brasileira. *Amerindia: Revue d' Ethnolinguistique Amérindienne*. Paris. 8-39-83, 1983.

\_\_\_\_\_. *Rio Babel. A História das línguas na Amazônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

\_\_\_\_\_. Em memória de Stradelli. In: SILVA, Marcos (Org.) *Dicionário Crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva; Natal-Edufrn; 188-192.

HARTT, Charles Frederik. Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 54: 305-390, 1938.

\_\_\_\_\_. Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, 6: 1-174. Volume consagrado à Exposição Antropológica Brasileira realizada no Museu Nacional a 29 de julho de 1882, Rio de Janeiro, 1885.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *O Selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876a.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de et alii. (1876b) Parecer acerca da obra do sr. dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 53, 379-386.

MARTIUS, Carl F. P. Von. *Glossaria Linguarum Brasiliensium*. Glossários de diversas lingoas e dialectos, que fallão os índios no Império do Brazil. Erlange: Junge & Sohn, 1863.

NIMUENDAJU, Curt (1950). Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uauapés, apresentada ao SPI do Amazonas e Acre 120

em 1927. *Journal de la Société des Americanistes*. Paris, v. 39, p. 125-182, 1950.

NOGUEIRA, Batista Caetano de Almeida. (1879): Esboço gramatical do Abaíneê ou língua guarani, chamada também no Brasil língua tupi ou língua geral, propriamente Abaíneênga. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 6: 1-90. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_: Apontamentos sobre o Abaíneênga, também chamado Guarani ou Tupi ou Língua Geral dos Brasis. *Ensaio de Sciencia*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-77, 1876.

NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias dos Domínios Portugueses em os Rios Amazonas e Negro*. Rio de Janeiro, Edição de José Pereira da Silva, 1997.

RODRIGUES, Aryon D. As Línguas Gerais Sul-americanas. *Papia*, Revista de Crioulos de Base Ibérica. Brasília, v.4, n. 2, p. 6-11, 1996.

\_\_\_\_\_. Panorama das Línguas Indígenas da Amazônia. In: F. QUEIXALÓS; RENAULT-LESCURE (Orgs). *As línguas azônicas hoje*. São Paulo: IRD/ISA/MPEG, 2000. p. 15-28.

RODRIGUES, João Barbosa. (1905): *Mbaé Kaá Tapyiyetá Enoyndaú ou A Botânica – Nomenclatura Indígena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

\_\_\_\_\_. Poranduba Amazonense. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 1-337, 1880.

\_\_\_\_\_. A Língua-Geral do Amazonas e o Guarani. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 51, p. 73-109.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mes-

ma. In: AS VIAGENS do Ouvidor Sampaio, Manaus: Fundo Editorial ACA, 1985.

SERRÃO, Joel (Org.). *Pequeno Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl F.P. von: *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, v. 3.

STRADELLI, Ermano. Vocabulário da língua geral português-nheengatú e nheengatú-português, precedidos de um esboço de gramática nheenga-umbuê-sáua-miri e seguidos de contos em língua geral nheengatú poranduuu.em: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: v. 104, n. 158, p. 9-768, 1929.

## TERRITORY, LANGUAGE AND VERBAL LITERATURE IN THE AMAZON

*Abstract: in the Amazon Region, during many centuries, the native peoples had demarcated its respective territories using as one of the criteria, the languages that were spoken there, carried through by verbal narratives, knowledge and memory. The arrival of the European after all validated these criteria. During all the colonial period, the European languages slowly advanced, also demarcating their territory. Throughout this period, the General Language expanded and only started to decline in the second half of 19<sup>th</sup> century, exactly when some scholars of the tupi tribes, fascinated by Indigenous narratives, dedicated to study its social function, its importance and the verbal literature that it propagated. One of them was the Earl Ermanno Stradelli (1852-1926), who lived 43 years in the region, He wrote a Nheengatu-Portuguese and Portuguese-Nheengatu dictionary, collected and published mythical narratives and innumerable texts in periodicals and specialized magazines of Italy and Brazil. The Nheengatu, is also known as Amazonian General Language (LGA), it was declared, in 2002, one of the coofficial language of the municipality of St.*



*Gabriel of Cachoeira (AM). We want to discuss here the policies that contributed to the hundreds of Amazonian languages, as well as reflect on the oral literature collected by Stradelli, enhancing their value as carrier of ethnic knowledge, as memory place and as intangible heritage.*

Keywords: *Territory. Language. Verbal literature. Amazon.*

\* Este artigo, originalmente uma conferência proferida em maio de 2008 na Università di Roma “La Sapienza”, foi publicado em duas versões na Itália: a) um resumo – FREIRE, J. R. B. *Lingue e problemi linguistici dell’America indigena: Stradelli, Nheengatu e literatura oral do Rio Negro (AM - Brasil)* - Quaderni di Thule. In: XXX Convegno Internazionale di Americanistica, 2008, Perugia. Centro Studi Americanistici Circolo Amerindiano - Abstract degli interventi. Perugia : Circolo Amerindiano, 2008. v. 1. p. 32-32. b) um capítulo de livro - FREIRE, J. R. B. *Sussidi per una storia sociale delle lingue in Amazonia. Lingue e problemi linguistici dell’America indigena*. In: Paride Bolletini; Umberto Mondini. (Org.). *Ricerca sul campo in Amazonia*. 1 ed. ROMA: Bulzoni, 2009, v. 1, p. 251-269.

\*\* Coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ e Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNI-RIO.